

Oito decretos começam a conter gastos

Somando portarias, oito decretos e vários anteprojetos de lei, o pacote econômico traz cerca de 25 medidas na área da administração direta e indireta, que deverão ser anunciadas ainda hoje pelo presidente Sarney. Apesar da tentativa do Governo de manter sigilo em torno das medidas até que as bancadas dos partidos conheçam o pacote, muitas delas já são conhecidas, entre elas:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1. Criação do Conselho Interministerial de Remuneração e Proventos (CIRP), encarregado de acompanhar os gastos com

salários da administração direta, inclusive vantagens e remunerações indiretas.

2. Criação de uma comissão para estudar a viabilidade da extinção de órgãos com funções similares ou superpostas. 3. Os gastos com salários da administração direta não poderão apresentar crescimento real em 86, com relação a 85. 4. Limitação de horas extras. 5. Proibição de criação de novos órgãos (secretarias, assessorias, etc) ou novas funções administrativas. 6. Corte de 10 por cento nos gastos de custeio (material e gastos operacionais) dos Ministérios. 7. Corte de 20 por cento nos gastos com serviços

de terceiros, podendo ser de consultoria, assessoramento ou contratação de pessoal através de convênios. 8. Redução do uso de veículos oficiais para ministros e secretários gerais apenas, com o que se economizará Cr\$ 93 bilhões e diminuirá a frota oficial em 60 por cento dos carros hoje em serviço. 9. Continua proibida a contratação de pessoal sob qualquer pretexto. 10. Foi rejeitada a proposta de aposentadoria voluntária para os funcionários com mais de 10 anos de serviço.

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

1. As estatais ficam proi-

bidas de realizar novos investimentos que ultrapassem determinado limite, sem consulta prévia ao Presidente da República. 2. A contratação de novos funcionários continuará proibida no próximo ano, ressalvadas as exceções de lei. 3. Corte de 10 por cento nos gastos com pessoal em 86 com relação a 85. 4. Corte de 20 por cento nos gastos com serviços de terceiros. 5. Realização de auditorias e consultorias para a definição de um programa de melhoria de desempenho. 6. Ampliação da participação da iniciativa privada no Conselho de Administração das empresas estatais.